

Município de : Chapada/RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023
ANEXO I DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS -VALORES ATUALIZADOS PELA LOA
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2023				2024				2025			
	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL
	Corrente	Constante	(a / PIB)	(a / RCL)	Corrente	Constante	(b / PIB)	(b / RCL)	Corrente	Constante	(c / PIB)	(c / RCL)
	(a)		x 100	x 100	(b)		x 100	x 100	(c)		x 100	x 100
Receita Total	59.138.136,02	56.230.993,65		111,11%	62.395.228,24	57.338.331,96		110,96%	66.348.239,73	59.195.113,48		110,78%
Receitas Primárias (I)	54.552.263,70	51.870.555,96		102,49%	57.569.371,79	52.903.592,85		102,38%	61.282.965,52	54.675.935,84		102,32%
Receitas Primárias Correntes	53.841.068,12	51.194.321,69		101,16%	56.818.390,09	52.213.475,36		101,04%	60.491.853,29	53.970.114,88		101,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.330.051,83	5.068.034,45		10,01%	5.536.558,07	5.087.841,07		9,85%	5.694.297,94	5.080.385,17		9,51%
Contribuições	1.859.065,96	1.767.677,06		3,49%	1.901.774,90	1.747.643,26		3,38%	1.987.538,80	1.773.258,57		3,32%
Transferências Correntes	45.532.765,25	43.294.442,57		85,55%	48.194.901,83	44.288.888,08		85,71%	51.557.693,71	45.999.163,54		86,09%
Demais Receitas Primárias Correntes	1.119.185,07	1.064.167,61		2,10%	1.185.155,29	1.089.102,96		2,11%	1.252.322,84	1.117.307,61		2,09%
Receitas Primárias de Capital	711.195,58	676.234,27		1,34%	750.981,70	690.117,49		1,34%	791.112,23	705.820,96		1,32%
Despesa Total	58.896.149,59	56.000.902,91		110,65%	62.321.939,73	57.270.983,21		110,83%	66.343.705,84	59.191.068,40		110,77%
Despesas Primárias (II + IIa)	57.316.149,59	54.498.573,34		107,69%	60.736.939,73	55.814.441,44		108,01%	64.753.705,84	57.772.489,23		108,12%
Despesas Primárias Correntes	52.274.538,64	49.704.800,45		98,21%	55.879.787,19	51.350.942,67		99,38%	59.870.071,98	53.415.368,96		99,97%
Pessoal e Encargos Sociais	24.529.114,81	23.323.300,19		46,09%	24.842.182,20	22.828.817,68		44,18%	25.914.652,12	23.120.745,62		43,27%
Outras Despesas Correntes (Primárias)	27.745.423,83	26.381.500,26		52,13%	31.037.604,99	28.522.124,98		55,20%	33.955.419,86	30.294.623,34		56,70%
Despesas Primárias de Capital	1.897.000,00	1.803.746,32		3,56%	1.525.924,44	1.402.254,06		2,71%	1.380.264,25	1.231.455,41		2,30%
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Reserva de Contingência (II-a)	3.144.610,95	2.990.026,58		5,91%	3.331.228,10	3.061.244,71		5,92%	3.503.369,61	3.125.664,86		5,85%
Resultado Primário (III) = (I - II)	- 2.763.885,89	- 2.628.017,39		-5,19%	- 3.167.567,94	- 2.910.848,59		-5,63%	- 3.470.740,31	- 3.096.553,39		-5,80%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	1.265.742,48	1.203.520,48		2,38%	1.132.565,42	1.040.775,30		2,01%	1.199.369,47	1.070.063,23		2,00%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	538.915,72	512.423,43		1,01%	580.516,65	533.467,98		1,03%	560.579,72	500.142,59		0,94%
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	- 2.037.059,12	- 1.936.920,34		-3,83%	- 2.615.519,17	- 2.403.541,27		-4,65%	- 2.831.950,57	- 2.526.632,75		-4,73%
Dívida Pública Consolidada	5.152.603,19	4.899.308,92		9,68%	5.140.415,97	4.723.804,78		9,14%	5.092.388,32	4.543.368,53		8,50%
Dívida Consolidada Líquida	- 5.330.746,35	- 5.068.694,83		-10,02%	- 6.857.668,87	- 6.301.880,85		-12,20%	- 7.061.744,05	- 6.300.404,38		-11,79%
Receitas Primárias advindas de PPP (VII)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%

FONTE: Sistema Contábil do Município

Conforme o Item 02.00.02.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais, as METAS FISCAIS representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados quanto à trajetória de endividamento no médio prazo. Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 – as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permanentes e temporários;
- 2 – as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 – o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município, ressaltando-se que, para fins de equilíbrio formal entre os valores previstos, e de acordo com as instruções do Item 03.06.05.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais, os valores projetados da Reserva de Contingência estão sendo somados às despesas primárias.
- 4 – o resultado nominal que, para fins do Anexo e avaliação das metas fiscais deve ser calculado pelo critério ACIMA DA LINHA foi obtido a partir do resultado primário somado ao resultado da compensação entre os juros ativos e passivos, representado a variação do estoque da dívida;
- 5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 – a dívida Consolidada Líquida – DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01**. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2019, 2020 e 2021) e os valores reestimados para o exercício atual (2022), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.

2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Quanto aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a condução dos projetos em andamento demonstrados no **Anexo IV**. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.

3 – No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários. As **Tabelas 03 e 04** demonstram, respectivamente, as projeções para a Receita Corrente Líquida e Limites para os Gastos com Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo.

4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 0,50%, 1,80% e 2,00% e das taxas de inflação (IPCA), de 5,17%, 3,47% e 3,00%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 09/09/2022.

5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.

6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 924/2021. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisado por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2023. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas. A memória de cálculo do Resultado Primário e Nominal pelo critério acima da linha está especificada na **Tabela 06**.

7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizou-se, como parâmetro de correção a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de 11,25%, 8,00% e 7,50%, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 09/09/2022.

8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração o provável saldo existente em 31/12/2022, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.

9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO, os números mais representativos no contexto das projeções:

9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2023, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 63.000.000,00, a preços correntes que, tendo retirada suas deduções previstas, resultam em uma Receita Primária de R\$ 59.580.633,60.

9.2 As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 63.000.000,00. A **tabela 02** evidencia o detalhamento das projeções da receita e despesa.

9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2023 que foi inicialmente prevista em (R\$2.958.228,01) a qual entendemos como insuficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.

10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na **Tabela 05**.

Município de : Chapada/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - RPPS
 EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2023			2024			2025		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total RPPS	8.189.867,66	7.787.266,01		8.431.557,37	7.748.211,67		8.819.866,70	7.868.980,59	
Receitas Primárias RPPS (I)	4.873.470,29	4.633.897,78		4.938.314,44	4.538.082,81		5.149.865,68	4.594.649,15	
Despesa Total RPPS	8.189.867,66	7.787.266,01		8.431.557,37	7.748.211,67		8.819.866,70	7.868.980,59	
Despesas Primárias RPPS (II)	8.189.867,66	7.787.266,01		8.431.557,37	7.748.211,67		8.819.866,70	7.868.980,59	
Resultado Primário RPPS (I – II)	- 3.316.397,37	- 3.153.368,23		- 3.493.242,93	- 3.210.128,86		-3.670.001,03	-3.274.331,44	

Fonte: Sistema Contábil do Município

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de : Chapada/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º,

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2021 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2021 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	51.935.206,96	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 12ª edição do MDF	105,02%	52.106.550,39	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 12ª edição do MDF	105,36%	171.343,43	0,33%
Receita Primárias (I)	49.726.026,54		100,55%	49.215.588,00		99,52%	- 510.438,54	-1,03%
Despesa Total	47.868.611,76		96,79%	44.664.432,74		90,31%	- 3.204.179,02	-6,69%
Despesa Primárias (II)	46.977.771,94		94,99%	43.468.489,63		87,90%	- 3.509.282,31	-7,47%
Resultado Primário (I-II)	2.748.254,60		5,56%	5.747.098,37		11,62%	2.998.843,77	109,12%
Resultado Nominal	2.840.632,00		5,74%	2.840.632,00		5,74%	-	0,00%
Dívida Pública Consolidada	5.189.164,84		10,49%	5.284.498,93		10,69%	95.334,09	1,84%
Dívida Consolidada Líquida	- 749.978,80		-1,52%	- 6.245.443,34		-12,63%	- 5.495.464,54	732,75%

FONTE: Sistema Contábil do Município

Valor da Receita Corrente Líquida de 2021 R\$ 49.454.925,68

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2021), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2021 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, ficou em R\$ 5.747.098,37. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) << foi >> capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 49.215.588,00, << superando >> em 3,80% a projeção para o período de R\$ 47.413.516,37. As despesas não financeiras atingiram R\$ 43.468.489,63, estabelecendo-se -6,87% << abaixo >> da previsão orçamentária. AS despesas não financeiras correspondem a 94,37% do total das receitas primárias << não comprometendo >>, dessa forma, a obtenção do superávit primário.

A dívida consolidada totalizou R\$ 5.284.498,93, valor 1,84% << superior >> ao saldo de R\$ 5.189.169,84 estimado para o exercício.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2021, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em (R\$ 749.978,80). Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro daquele ano era de (R\$ 6.245.443,34) que, comparado com o montante apurado ao final do ano anterior (2020,) apresentou um <<decrécimo>> de (R\$ 5.495.464,54), valor este, que, de acordo com os conceitos estabelecidos no Manual dos Demonstrativos Fiscais, representa o Resultado Nominal pelo critério Abaixo da Linha.

Município de : Chapada/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
 EXERCÍCIO DE 2023

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação%	2025	Variação %
Receita Total	47.404.491,67	51.935.206,96	9,56%	54.831.811,81	5,58%	59.138.136,02	7,85%	62.395.228,24	5,51%	66.348.239,73	6,34%
Receitas Primárias (I)	42.952.041,37	49.726.026,54	15,77%	51.209.344,18	2,98%	54.552.263,70	6,53%	57.569.371,79	5,53%	61.282.965,52	6,45%
Despesa Total	44.992.324,43	47.868.611,76	6,39%	53.834.848,36	12,46%	58.896.149,59	9,40%	62.321.939,73	5,82%	66.343.705,84	6,45%
Despesas Primárias (II)	46.393.469,52	46.977.771,94	1,26%	52.934.848,36	12,68%	57.316.149,59	8,28%	60.736.939,73	5,97%	64.753.705,84	6,61%
Resultado Primário (I – II)	- 3.441.428,15	2.748.254,60	-179,86%	- 1.725.504,18	-162,79%	- 2.763.885,89	60,18%	- 3.167.567,94	14,61%	- 3.470.740,31	9,57%
Resultado Nominal	- 1.036.742,80	2.840.632,00	-374,00%	1.071.608,06	-62,28%	- 2.037.059,12	-290,09%	- 2.615.519,17	28,40%	- 2.831.950,57	8,27%
Dívida Pública Consolidada	5.189.164,84	5.284.498,93	1,84%	4.984.145,80	-5,68%	5.152.603,19	3,38%	5.140.415,97	-0,24%	5.092.388,32	-0,93%
Dívida Consolidada Líquida	- 759.058,42	- 6.245.443,34	722,79%	- 8.996.816,92	44,05%	- 5.330.746,35	-40,75%	- 6.857.668,87	28,64%	- 7.061.744,05	2,98%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2020	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação %	2025	Variação %
Receita Total	56.289.863,49	56.032.894,79	-0,46%	54.831.811,81	-2,14%	56.230.993,65	2,55%	57.338.331,96	1,97%	59.195.113,48	3,24%
Receitas Primárias (I)	51.002.857,75	53.649.410,03	5,19%	51.209.344,18	-4,55%	51.870.555,96	1,29%	52.903.592,85	1,99%	54.675.935,84	3,35%
Despesa Total	53.425.566,04	51.645.445,23	-3,33%	53.834.848,36	4,24%	56.000.902,91	4,02%	57.270.983,21	2,27%	59.191.068,40	3,35%
Despesas Primárias (II)	55.089.338,04	50.684.318,15	-8,00%	52.934.848,36	4,44%	54.498.573,34	2,95%	55.814.441,44	2,41%	57.772.489,23	3,51%
Resultado Primário (I – II)	- 4.086.480,29	2.965.091,89	-172,56%	- 1.725.504,18	-158,19%	- 2.628.017,39	52,30%	- 2.910.848,59	10,76%	- 3.096.553,39	6,38%
Resultado Nominal	- 1.231.067,11	3.064.757,86	-348,95%	1.071.608,06	-65,03%	- 1.936.920,34	-280,75%	- 2.403.541,27	24,09%	- 2.526.632,75	5,12%
Dívida Pública Consolidada	6.161.808,09	5.701.445,90	-7,47%	4.984.145,80	-12,58%	4.899.308,92	-1,70%	4.723.804,78	-3,58%	4.543.368,53	-3,82%
Dívida Consolidada Líquida	- 901.334,31	- 6.738.208,82	647,58%	- 8.996.816,92	33,52%	- 5.068.694,83	-43,66%	- 6.301.880,85	24,33%	- 6.300.404,38	-0,02%

Fonte: Sistema Contábil do Município

Conforme o Manual dos Demonstrativos Fiscais da STN, o objetivo do Demonstrativo é **dar transparência às** informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas. Assim, são demonstradas as metas fiscais previstas para o exercício da LDO (2023), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2020, 2021 e 2022), bem como para os dois seguintes (2024 e 2025), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2020, 2021 e 2022 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

Município de : Chapada/RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	41.199.411,61	80,90%	32.772.243,11	79,55%	32.772.243,11	100,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	9.727.384,96	19,10%	8.427.168,50	20,45%	-	0,00%
Ajustes de Exerc.Anteiros	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL	50.926.796,57	100,00%	41.199.411,61	100,00%	32.772.243,11	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	(11.154,18)	0,08%	(34.529,49)	309,57%	(34.529,49)	100,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	(14.555.316,23)	99,92%	23.375,31	-209,57%	-	0,00%
Ajustes de Exerc.Anteiros	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL	(14.566.470,41)	100,00%	(11.154,18)	100,00%	(34.529,49)	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	41.188.257,43	113,28%	32.737.713,62	79,48%	32.737.713,62	100,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	(4.827.931,27)	-13,28%	8.450.543,81	20,52%	-	0,00%
Ajustes de Exerc.Anteiros	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL	36.360.326,16	100,00%	41.188.257,43	100,00%	32.737.713,62	100,00%

Fonte: Sistema Contábil do Município

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2019, 2020 e 2021), para fins do disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha "Resultado Acumulado", **foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores**, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência da variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que a Administração Direta do Município, bem como as Autarquias e as Fundações Públicas, seguem as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

Município de : Chapada/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2021	2020	2019
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2019			- 4.464,34
RECEITAS DE CAPITAL	-	530.500,00	55.000,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	530.500,00	55.000,00
Alienação de Bens Móveis	-	28.500,00	55.000,00
Alienação de Bens Imóveis	-	502.000,00	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	1.758,55	-	-
TOTAL	1.758,55	530.500,00	50.535,66

DESPESAS EXECUTADAS	2021	2020	2019
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	-	421.484,77	89.624,01
Investimentos	-	421.484,77	89.624,01
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida		-	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-		
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	-	421.484,77	89.624,01
SALDO FINANCEIRO			
	71.685,43	69.926,88	(39.088,35)

Fonte: Sistema Contábil do Município

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2019, 2020 e 2021).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de : Chapada/RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

RS\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (I)	R\$ 7.445.246,59	R\$ 5.366.643,02	R\$ 4.306.314,88
Receita de Contribuições dos Segurados	R\$ 1.073.718,57	R\$ 1.147.741,14	R\$ 1.276.196,77
Civil	R\$ 1.073.718,57	R\$ 1.147.741,14	R\$ 1.276.196,77
Ativo	R\$ 1.069.929,33	R\$ 1.143.437,16	R\$ 1.271.807,97
Inativo	R\$ 3.789,24	R\$ 4.303,98	R\$ 4.388,80
Pensionista	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Militar	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ativo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Inativo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Pensionista	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Receita de Contribuições Patronais	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Civil	R\$ 1.413.524,78	R\$ 1.681.232,17	R\$ 1.498.332,97
Ativo	R\$ 1.408.540,80	R\$ 1.674.957,75	R\$ 1.493.179,25
Inativo	R\$ 4.983,98	R\$ 6.274,42	R\$ 5.153,72
Pensionista	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Militar	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ativo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Inativo	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Pensionista	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Receita Patrimonial	R\$ 4.865.962,89	R\$ 2.154.879,15	R\$ 1.337.540,20
Receitas Imobiliárias	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Receitas de Valores Mobiliários	R\$ 4.865.962,89	R\$ 2.154.879,15	R\$ 1.337.540,20
Outras Receitas Patrimoniais	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Receita de Serviços	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outras Receitas Correntes	R\$ 92.040,35	R\$ 382.790,56	R\$ 194.244,94
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	R\$ 90.409,06	R\$ 91.128,25	R\$ 194.244,94
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais Receitas Correntes	R\$ 1.631,29	R\$ 291.662,31	R\$ -
RECEITAS DE CAPITAL (III)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Amortização de Empréstimos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outras Receitas de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	R\$ 5.366.643,02	R\$ 7.445.246,59	R\$ 4.306.314,88
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2020	2021
Benefícios - Civil	R\$ 3.489.016,50	R\$ 4.077.389,34	R\$ 4.209.439,50
Aposentadorias	R\$ 3.082.864,23	R\$ 3.625.483,02	R\$ 3.906.077,88
Pensões	R\$ 220.762,32	R\$ 269.495,66	R\$ 303.361,62
Outros Benefícios Previdenciários	R\$ 182.410,66	R\$ 185.389,95	R\$ 73.514,30
Benefícios - Militar	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Reformas	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Pensões	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros Benefícios Previdenciários	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outras Despesas Previdenciárias	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais Despesas Previdenciárias	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	R\$ 3.489.016,50	R\$ 4.077.389,34	R\$ 4.282.953,80
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²			
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2019	2020	2021
VALOR	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2019	2020	2021
VALOR	R\$ 4.129.000,00	R\$ 4.570.934,50	R\$ 3.128.059,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2019	2020	2021
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros Aportes para o RPPS	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	R\$ -	R\$ -	R\$ -
BENS E DIREITOS DO RPPS	2019	2020	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	34.511,94	11.154,18	397.745,39
Investimentos e Aplicações	46.091.025,08	49.160.949,52	50.163.857,04
Outro Bens e Direitos	20.281,52	30.613,73	33.731,20

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (VII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2020	2021
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)²			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2019	2020	2021
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES			
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)			
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2019	2020	2021
DESPESAS CORRENTES (XIII)			
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)			
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)			
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)			

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias		Despesas Previdenciárias		Resultado Previdenciário		Saldo Financeiro do Exercício	
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício Anterior) +				
2022	R\$ 6.603.913,84	R\$ 4.690.333,92	R\$ 1.913.579,92	R\$ 52.460.048,36				
2023	R\$ 6.643.118,08	R\$ 5.215.999,14	R\$ 1.427.118,94	R\$ 53.887.167,30				
2024	R\$ 6.707.450,27	R\$ 5.437.464,84	R\$ 1.269.985,43	R\$ 55.157.152,72				
2025	R\$ 6.723.890,82	R\$ 5.894.218,87	R\$ 829.671,95	R\$ 55.986.824,68				
2026	R\$ 6.795.542,19	R\$ 5.836.059,27	R\$ 959.482,92	R\$ 56.946.307,60				
2027	R\$ 6.618.774,01	R\$ 6.239.356,58	R\$ 379.417,43	R\$ 57.325.725,03				
2028	R\$ 6.590.766,81	R\$ 6.604.033,80	R\$ (13.266,99)	R\$ 57.312.458,04				
2029	R\$ 6.541.952,85	R\$ 6.980.411,97	R\$ (438.459,12)	R\$ 56.873.998,92				
2030	R\$ 6.452.131,16	R\$ 7.468.703,12	R\$ (1.016.571,96)	R\$ 55.857.426,95				
2031	R\$ 6.353.437,37	R\$ 7.825.739,42	R\$ (1.472.302,05)	R\$ 54.385.124,90				
2032	R\$ 6.270.515,68	R\$ 7.917.586,51	R\$ (1.647.070,83)	R\$ 52.738.054,07				
2033	R\$ 6.151.491,08	R\$ 8.155.663,00	R\$ (2.004.171,92)	R\$ 50.733.882,15				
2034	R\$ 6.022.949,15	R\$ 8.306.414,87	R\$ (2.283.465,72)	R\$ 48.450.416,40				
2035	R\$ 5.874.257,36	R\$ 8.455.847,53	R\$ (2.581.590,17)	R\$ 45.868.826,26				
2036	R\$ 5.740.599,45	R\$ 8.434.010,06	R\$ (2.693.410,61)	R\$ 43.175.415,66				
2037	R\$ 5.574.500,27	R\$ 8.547.228,11	R\$ (2.972.727,84)	R\$ 40.202.687,82				
2038	R\$ 5.428.822,35	R\$ 8.459.254,64	R\$ (3.030.432,29)	R\$ 37.172.255,53				
2039	R\$ 5.272.690,13	R\$ 8.397.872,53	R\$ (3.125.182,40)	R\$ 34.047.073,12				
2040	R\$ 5.101.887,53	R\$ 8.376.168,05	R\$ (3.274.280,52)	R\$ 30.772.792,61				
2041	R\$ 4.908.950,61	R\$ 8.424.919,33	R\$ (3.515.968,72)	R\$ 27.256.823,89				
2042	R\$ 4.726.974,48	R\$ 8.334.463,77	R\$ (3.607.489,29)	R\$ 23.649.334,60				
2043	R\$ 4.522.890,11	R\$ 8.322.381,43	R\$ (3.799.491,32)	R\$ 19.849.843,28				
2044	R\$ 4.312.543,33	R\$ 8.284.709,44	R\$ (3.972.166,11)	R\$ 15.877.677,17				
2045	R\$ 4.076.146,74	R\$ 8.308.289,62	R\$ (4.232.142,88)	R\$ 11.645.534,29				
2046	R\$ 3.865.155,46	R\$ 8.136.433,95	R\$ (4.271.278,49)	R\$ 7.374.255,81				
2047	R\$ 3.624.611,73	R\$ 8.095.904,59	R\$ (4.471.292,86)	R\$ 2.902.962,95				
2048	R\$ 3.387.053,72	R\$ 7.974.876,77	R\$ (4.587.823,05)	R\$ (1.684.860,10)				
2049	R\$ 3.235.430,98	R\$ 7.794.577,53	R\$ (4.559.146,55)	R\$ (6.244.006,65)				
2050	R\$ 3.213.232,43	R\$ 7.694.342,60	R\$ (4.481.110,17)	R\$ (10.725.116,82)				
2051	R\$ 3.181.134,69	R\$ 7.612.978,49	R\$ (4.431.843,80)	R\$ (15.156.960,62)				
2052	R\$ 3.178.974,93	R\$ 7.376.110,86	R\$ (4.197.135,93)	R\$ (19.354.096,54)				
2053	R\$ 3.179.479,96	R\$ 7.122.952,23	R\$ (3.943.472,27)	R\$ (23.297.568,82)				
2054	R\$ 3.161.415,80	R\$ 6.964.452,53	R\$ (3.803.036,73)	R\$ (27.100.605,97)				
2055	R\$ 577.877,38	R\$ 6.720.419,75	R\$ (6.142.542,37)	R\$ (33.243.148,34)				
2056	R\$ 551.520,59	R\$ 6.400.242,73	R\$ (5.848.722,14)	R\$ (39.091.870,47)				
2057	R\$ 525.026,16	R\$ 6.080.282,17	R\$ (5.555.256,01)	R\$ (44.647.126,40)				
2058	R\$ 492.514,56	R\$ 5.797.163,77	R\$ (5.304.649,21)	R\$ (49.951.775,79)				
2059	R\$ 443.097,94	R\$ 5.598.271,26	R\$ (5.155.173,32)	R\$ (55.106.949,12)				
2060	R\$ 418.058,50	R\$ 5.281.142,12	R\$ (4.863.083,62)	R\$ (59.970.032,73)				
2061	R\$ 393.337,74	R\$ 4.968.137,55	R\$ (4.574.799,81)	R\$ (64.544.832,54)				
2062	R\$ 369.001,93	R\$ 4.660.094,60	R\$ (4.291.092,67)	R\$ (68.835.925,21)				
2063	R\$ 345.122,70	R\$ 4.357.916,64	R\$ (4.012.793,94)	R\$ (72.848.719,16)				
2064	R\$ 321.793,42	R\$ 4.062.780,30	R\$ (3.740.986,88)	R\$ (76.589.706,04)				
2065	R\$ 299.115,26	R\$ 3.775.959,87	R\$ (3.476.844,61)	R\$ (80.066.550,65)				
2066	R\$ 277.171,71	R\$ 3.498.505,88	R\$ (3.221.334,17)	R\$ (83.287.884,81)				
2067	R\$ 256.025,08	R\$ 3.231.200,56	R\$ (2.975.175,48)	R\$ (86.263.060,30)				
2068	R\$ 235.731,85	R\$ 2.974.751,31	R\$ (2.739.019,46)	R\$ (89.002.079,75)				
2069	R\$ 216.343,96	R\$ 2.729.806,88	R\$ (2.513.462,92)	R\$ (91.515.542,68)				
2070	R\$ 197.901,06	R\$ 2.496.860,71	R\$ (2.298.959,65)	R\$ (93.814.502,32)				
2071	R\$ 180.411,83	R\$ 2.276.014,03	R\$ (2.095.602,20)	R\$ (95.910.104,52)				
2072	R\$ 163.847,99	R\$ 2.066.901,49	R\$ (1.903.053,50)	R\$ (97.813.158,02)				
2073	R\$ 148.175,40	R\$ 1.869.082,34	R\$ (1.720.906,94)	R\$ (99.534.064,96)				
2074	R\$ 133.377,29	R\$ 1.682.334,81	R\$ (1.548.957,52)	R\$ (101.083.022,48)				
2075	R\$ 119.442,15	R\$ 1.506.505,14	R\$ (1.387.062,99)	R\$ (102.470.085,47)				
2076	R\$ 106.370,23	R\$ 1.341.588,15	R\$ (1.235.217,92)	R\$ (103.705.303,39)				
2077	R\$ 94.175,58	R\$ 1.187.753,95	R\$ (1.093.578,37)	R\$ (104.798.881,76)				
2078	R\$ 82.863,79	R\$ 1.045.066,95	R\$ (962.203,16)	R\$ (105.761.084,92)				
2079	R\$ 72.442,49	R\$ 913.618,55	R\$ (841.176,06)	R\$ (106.602.260,99)				
2080	R\$ 62.915,74	R\$ 793.457,54	R\$ (730.541,80)	R\$ (107.332.802,78)				
2081	R\$ 54.281,12	R\$ 684.551,95	R\$ (630.270,83)	R\$ (107.963.073,61)				
2082	R\$ 46.522,29	R\$ 586.695,15	R\$ (540.172,86)	R\$ (108.503.246,47)				
2083	R\$ 39.606,29	R\$ 499.470,83	R\$ (459.864,54)	R\$ (108.963.111,01)				
2084	R\$ 33.488,02	R\$ 422.309,47	R\$ (388.821,45)	R\$ (109.351.932,46)				
2085	R\$ 28.112,31	R\$ 354.514,51	R\$ (326.402,20)	R\$ (109.678.334,66)				
2086	R\$ 23.420,23	R\$ 295.342,18	R\$ (271.921,95)	R\$ (109.950.256,61)				
2087	R\$ 19.352,68	R\$ 244.046,68	R\$ (224.694,00)	R\$ (110.174.950,61)				
2088	R\$ 15.852,44	R\$ 199.906,13	R\$ (184.053,69)	R\$ (110.359.004,30)				
2089	R\$ 12.866,14	R\$ 162.247,20	R\$ (149.381,06)	R\$ (110.508.385,36)				
2090	R\$ 10.340,34	R\$ 130.395,73	R\$ (120.055,39)	R\$ (110.628.440,76)				
2091	R\$ 8.220,52	R\$ 103.664,00	R\$ (95.443,48)	R\$ (110.723.884,23)				
2092	R\$ 6.455,49	R\$ 81.406,30	R\$ (74.950,81)	R\$ (110.798.835,04)				
2093	R\$ 5.000,94	R\$ 63.063,79	R\$ (58.062,85)	R\$ (110.856.897,89)				
2094	R\$ 3.814,13	R\$ 48.097,71	R\$ (44.283,58)	R\$ (110.901.181,47)				
2095	R\$ 2.852,31	R\$ 35.968,75	R\$ (33.116,44)	R\$ (110.934.297,90)				
2096	R\$ 2.080,04	R\$ 26.230,15	R\$ (24.150,11)	R\$ (110.958.448,01)				

PLANO FINANCEIRO

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) +

FONTE: Sistema Contábil do Município

NOTA:

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS. O objetivo principal é dar transparência à situação financeira e atuarial do RPPS para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA.

Segundo a Portaria MPS 464/2018, o equilíbrio financeiro representa a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em cada exercício financeiro, ou seja, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados.

O equilíbrio atuarial, por sua vez, representa a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo, devendo as alíquotas de contribuição do sistema ser definidas a partir do cálculo atuarial que leve em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios de responsabilidade do respectivo RPPS, segundo a sua legislação.

Nesse contexto, os dados acima apresentados tiveram em como base:

- a) o Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RGF) - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no último bimestre dos exercícios de 2019, 2021 e 2021; e
- b) o Anexo 10 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência, publicado no último bimestre do exercício de 2021.

Município de : Chapada/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2023	2024	2025	
Dívida ativa não tributária	Isenção/Desconto de juros e multas	Cidadãos em geral	75.000,00	77.602,50	79.930,58	Vide Obsevação abaixo
Dívida ativa tributária	Isenção/Desconto de juros e multas	Cidadãos em geral	110.000,00	113.817,00	117.231,51	
IPTU	Desconto pelo pagamento antecipado	Proprietários de imóveis urbanos	60.000,00	62.082,00	63.944,46	
				-	-	
				-	-	
				-	-	
				-	-	
TOTAL			245.000,00	253.501,50	261.106,55	-

Fonte: Sistema Contábil do Município

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2022 foram previstos de acordo com informações da Administração tributária da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2024 e 2025, foram calculados a partir dos valores de 2023, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2024: 3,47%

Inflação para 2025: 3,00%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os valores serão objeto de renúncia fiscal de receita nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que visa, entre outros objetivos, fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de IPTU para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelece o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas no Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Conseqüentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo *aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição*, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de : Chapada/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2023
Aumento Permanente da Receita	(2.602.798,54)
Decorrente de Receitas Tributárias	(385.589,46)
Decorrente de Transferências Correntes	(2.217.209,08)
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	727.709,84
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	(1.875.088,70)
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	(1.875.088,70)
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	(3.009.618,14)
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	(843.333,10)
Relativas a Outras Despesas Correntes	(2.166.285,04)
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	1.134.529,44

Fonte: Sistema Contábil do Município

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2023 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2022-2023.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2023, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2021-2022 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão. Quando negativo (**SEM MARGEM**), o resultado apresentado é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC. Quando for positivo é indicativo da possibilidade de criação de novas DOCC.

Município de : Chapada/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO II DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO DE 2023

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	50.000,00	Abertura de créditos adicionais tendo como fonte de recursos a Reserva de Contingência	50.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	-		-
Avais e Garantias Concedidas	-		-
Assunção de Passivos	-		-
Assistências Diversas	-	Abertura de créditos adicionais tendo como fonte de recursos a Reserva de Contingência	-
Outros Passivos Contingentes	-		-
SUBTOTAL	50.000,00	SUBTOTAL	50.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	-	Abertura de créditos adicionais tendo como fonte de recursos a Reserva de Contingência	-
Restituição de Tributos a Maior	-		-
Discrepância de Projeções:	150.000,00	Abertura de créditos adicionais tendo como fonte de recursos a Reserva de Contingência	150.000,00
Outros Riscos Fiscais	332.572,33	Abertura de créditos adicionais tendo como fonte de recursos a Reserva de Contingência	332.572,33
SUBTOTAL	482.572,33	SUBTOTAL	482.572,33
TOTAL	532.572,33	TOTAL	532.572,33

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

1 - Os valores referente aos **PASSIVOS CONTINGENTES**, representam a estimativa de possível obrigações em 2023, cuja existência será confirmada somente em caso de ocorrência de um mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle do Município entidade. Também poderão representar possíveis obrigações decorretes de eventos passados, mas que não estão reconhecidas contabilmente e tampouco contam com previsão de recursos no orçamento porque é improvável a sua liquidação em 2023.

2 - Os **DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS** estão relacionados principalmente aos riscos orçamentários relacionados com a possibilidade da ocorrência de impactos negativos na execução orçamentária, devido a fatores tais como as receitas previstas não se realizarem (frustração de à necessidade de execução de despesas inicialmente não fixadas (abertura de créditos especiais e/opu extraordinários) ou orçadas a menor (créditos suplementares).

